

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.265.999 - RS (2018/0064816-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA
ADVOGADOS : PAULO ANTONIO MULLER - RS013449
MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
WERNER LUCAS HEBERLE - RS075882
AGRAVANTE : JOSE VALDIR MAFFEIS JUNIOR
ADVOGADOS : PAULO FERNANDO MENTZ - RS0007014
IVONE MASSOLA - RS0033794
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo (artigo 1.042 do CPC/2015) interposto por METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea “a”, da CF, por sua vez, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 479, e-STJ):

Apelação cível. Juízo de retratação. Seguros. Seguro de vida e invalidez permanente. Ação de cobrança. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro. Agravamento do risco não comprovado. Ainda que o segurado estivesse, na ocasião do sinistro, conduzindo veículo sem habilitação, tal fato, por si só, não isentaria a seguradora do pagamento da cobertura securitária. Apólice que, para caso de invalidez parcial por acidente, apresenta limite de indenização e aplicação de tabela de graduação da lesão. Tendo a ré comprovado documentalmente a existência da tabela de graduação da invalidez, o valor da indenização deve estar em consonância com as cláusulas e percentuais contratados, não havendo, portanto, que se falar em desconhecimento do autor acerca da existência da tabela. Necessidade de adequação do valor da tabela. Apelo parcialmente provido.

Os embargos de declaração opostos por ambas as partes foram rejeitados, nos termos dos acórdãos, assim ementados (fls. 516 e 526, e-STJ):

Embargos de declaração. Juízo de retratação. Seguros. Seguro de vida e invalidez permanente. Ação de cobrança. Apólice que, para caso de invalidez parcial por acidente, apresenta limite de indenização e aplicação de tabela de graduação da lesão. Tendo a ré comprovado documentalmente a existência da tabela de graduação da invalidez, o valor da indenização deve estar em consonância com as cláusulas e percentuais contratados, não havendo, portanto, que se falar em desconhecimento do autor acerca da existência da tabela. Necessidade de adequação do valor da tabela. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. O embargante postula, em verdade, o rejugamento de mérito, objetivo que não se coaduna com o recurso manejado. O prequestionamento pleiteado não se justifica, visto

que a matéria foi totalmente analisada na decisão embargada. Embargos de declaração rejeitados.

Embargos de declaração. Juízo de retratação. Seguros. Seguro de vida e invalidez permanente. Ação de cobrança. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de seguro. Agravamento do risco não comprovado. Ainda que o segurado estivesse, na ocasião do sinistro, conduzindo veículo sem habilitação, tal fato, por si só, não isentaria a seguradora do pagamento da cobertura securitária. Inexistência de omissão, obscuridade e contradição. O embargante postula, em verdade, o rejugamento de mérito, objetivo que não se coaduna com o recurso manejado. O prequestionamento pleiteado não se justifica, visto que a matéria foi totalmente analisada na decisão embargada. Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial de fls. 542-552, e-STJ, METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA SA aponta violação dos arts. 1.022, inciso I; e 373, inciso II, do CPC/2015; 757 e 768 do CC.

Aduz, em síntese, a) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e b) ser indevida a indenização securitária quando há agravamento intencional do risco, como no caso presente, em que o segurado conduzia motocicleta sem habilitação no momento do acidente, revelando-se nítida a excludente de responsabilidade.

Sem contrarrazões.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 598-611, e-STJ), o recurso foi inadmitido, sobrevivendo o presente agravo (fls. 614-626, e-STJ), no qual a agravante pretende o destrancamento da insurgência.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. De início, suscita a recorrente a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, por omissão no julgamento dos embargos de declaração, que tinham a finalidade de provocar a manifestação do Tribunal acerca da alegação de inobservância dos limites dos riscos garantidos da apólice de seguro contratada, e do intencional agravamento do risco pelo requerente, ora recorrido.

No que pertine à alega negativa de prestação jurisdicional, a Corte estadual assim dirimiui a controvérsia (e-STJ, 161-162):

Inicialmente, tenho que a matéria já foi totalmente analisada. Os embargos de declaração não servem para responder a questionários sobre meros pontos de fato, para reexame de matéria de mérito ou para explicitar dispositivo legal quando a matéria controvertida foi resolvida. Ou seja, os embargos de declaração não se prestam para rediscussão da matéria, sendo que a não-concordância do vencido em demanda judicial não tem o condão de torná-la omissa, ou obscura, não se prestando os embargos como meio de rejugamento. Para tanto, faço referência ao seguinte trecho da decisão embargada:

A questão discutida na presente questão é se o simples fato de o segurado estar conduzindo seu veículo sem CNH seria suficiente para afastamento do dever de indenizar por parte da seguradora.

Ainda que não desconheça a existência de cláusula expressa no sentido do afastamento do dever de indenizar para os casos de condutor sem CNH, me atenho ao entendimento do STJ de que o simples fato de o condutor do veículo envolvido no acidente não possuir habilitação não afasta a possibilidade de a seguradora indenizar o segurado pela invalidez permanente sofrida. A seguradora tinha o ônus de provar que o segurado foi o responsável pelo acidente que culminou em sua invalidez, sendo que a inexistência de habilitação, por si só, não constitui fato gravoso para a ocorrência do acidente.

Neste sentido:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO SUSPensa. VELOCIDADE ACIMA DA PERMITIDA. ART. 768 DO CC/02. DOLO OU CULPA GRAVE. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO CONFIGURADO. EXCLUDENTE DA COBERTURA DO SEGURO. NÃO CARACTERIZADA.

1. Para a configuração da hipótese de exclusão da cobertura securitária prevista no art. 768 do CC/02, exige-se que a conduta direta do segurado importe num agravamento, por culpa grave ou dolo, do risco objeto do contrato.

2. A não discussão, pelo acórdão recorrido, da questão concernente à condução com carteira de motorista suspensa, impossibilita sua análise nas vias estreitas do recurso especial.

3. Para livrar-se da obrigação securitária, a seguradora deve provar que a condução em alta velocidade teria sido, efetivamente, a causa determinante do sinistro e que o segurado tenha direta e intencionalmente agido de forma a aumentar o risco.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1175577/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 29/11/2010)

(...)

Logo, reconheço o dever de indenizar por parte da seguradora.

Da leitura do trecho acima, verifica-se que o acórdão recorrido está suficientemente fundamentado, não havendo omissão no julgamento dos embargos de declaração.

Com efeito, não há falar-se em negativa de prestação jurisdicional quando o acórdão abordou as questões controvertidas, embora de forma contrária à pretensão da recorrente, razão pela qual não houve violação das disposições do art. 1.022 do CPC/2015. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXTINÇÃO DE USUFRUTO. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. 2. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. AUSÊNCIA DE CULPA OU IRREGULARIDADE POR PARTE DA USUFRUTUÁRIA/RECORRIDA. REVISÃO. SÚMULA

7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

[...]

(AgInt no AREsp 1.158.294/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 15/12/2017, sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

[...]

(AgInt no AREsp 1.163.849/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 6/3/2018, sem destaque no original)

2. A insurgente alega que o acórdão recorrido não observou os limites previstos na apólice, bem como as provas contidas nos autos que ratificam o agravamento intencional do risco e a legislação específica aplicável ao caso, pois a condução de motocicleta sem habilitação pelo segurado caracteriza agravamento do risco, o que impede a seguradora de pagar a cobertura contratada.

A Corte de origem, ao solucionar a questão, concluiu pela procedência do pedido de recebimento da indenização securitária, visto que a ausência de habilitação para conduzir motocicleta não configuraria agravamento do risco, conforme se extrai do seguinte trecho do acórdão (fls. 486-487, e-STJ):

A questão discutida na presente questão é se o simples fato de o segurado estar conduzindo seu veículo sem CNH seria suficiente para afastamento do dever de indenizar por parte da seguradora.

Ainda que não desconheça a existência de cláusula expressa no sentido do afastamento do dever de indenizar para os casos de condutor sem CNH, me atenho ao entendimento do STJ de que o simples fato de o condutor do veículo envolvido no acidente não possuir habilitação não afasta a possibilidade de a seguradora indenizar o segurado pela invalidez permanente sofrida. A seguradora tinha o ônus de provar que o segurado foi o responsável pelo acidente que culminou em sua invalidez, sendo que a inexistência de habilitação, por si só, não constitui fato gravoso para a ocorrência do acidente.

Neste sentido:

DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO SUSPensa.

VELOCIDADE ACIMA DA PERMITIDA. ART. 768 DO CC/02. DOLO OU CULPA GRAVE. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO CONFIGURADO. EXCLUDENTE DA COBERTURA DO SEGURO. NÃO CARACTERIZADA.

1. Para a configuração da hipótese de exclusão da cobertura securitária prevista no art. 768 do CC/02, exige-se que a conduta direta do segurado importe num agravamento, por culpa grave ou dolo, do risco objeto do contrato.

2. A não discussão, pelo acórdão recorrido, da questão concernente à condução com carteira de motorista suspensa, impossibilita sua análise nas vias estreitas do recurso especial.

3. Para livrar-se da obrigação securitária, a seguradora deve provar que a condução em alta velocidade teria sido, efetivamente, a causa determinante do sinistro e que o segurado tenha direta e intencionalmente agido de forma a aumentar o risco.

4. Recurso especial não provido.

(REsp 1175577/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2010, DJe 29/11/2010)

(...)

Logo, reconheço o dever de indenizar por parte da seguradora.

Quanto ao ponto, a jurisprudência do STJ possui entendimento no sentido de que a ausência de habilitação para dirigir, por si só, não caracteriza agravamento do risco por parte do segurado, capaz de autorizar a exclusão do dever de indenizar da seguradora.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS EM GRUPO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. O Superior Tribunal de Justiça possui firme o entendimento de que a ausência de habilitação para dirigir não configura, por si só, o agravamento intencional do risco por parte do segurado, apto a afastar a obrigação de indenizar da seguradora. Precedentes.

[...]

5. Agrado interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1301702/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. ACIDENTE. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR. AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO RECONHECIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CONCLUSÃO ACERCA DA INEXISTÊNCIA DE CLÁUSULA CONTRATUAL EXCLUINDO A COBERTURA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5, 7 E 83/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal de origem concluído que no contrato firmado não há cláusula que exclua a indenização em acidente sofrido por segurado sem a

devida habilitação para dirigir, bem como que este fato não contribuiu para a ocorrência do infortúnio, a inversão do julgado encontra óbice nos enunciados n. 5 e 7 da Súmula desta Casa.

Ademais, é compreensão do Superior Tribunal de Justiça que a ausência de habilitação para dirigir não configura, por si só, o agravamento intencional do risco por parte do segurado, apto a afastar a obrigação de indenizar da seguradora. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula desta Corte.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 990.103/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 09/02/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE HABILITAÇÃO. MERA INFRAÇÃO. COBERTURA SECURITÁRIA. OBRIGATORIEDADE. TRANSFERÊNCIA DOS SALVADOS. CONSEQUÊNCIA LÓGICA. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a falta de habilitação para dirigir veículos caracteriza-se como mera infração administrativa não configurando, por si só, o agravamento intencional do risco por parte do segurado apto a afastar a obrigação de indenizar da seguradora. Precedentes.

2. Na execução deverá ser obedecido o estabelecido na apólice em relação ao procedimento de transferência ou dedução do valor dos salvados.

3. Agravo regimental parcialmente provido.

(AgRg no REsp 1193207/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 09/09/2015)

Assim, verificada a conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência deste Sodalício, inafastável o óbice da Súmula 83/STJ..

3. Ademais, a instância ordinária, examinando o acervo probatório dos autos, entendeu que a seguradora não se desincumbiu do ônus de provar que o segurado foi o responsável pelo acidente que culminou em sua invalidez. Logo, a reforma do aresto *a quo*, nos moldes pretendidos pela recorrente, demandaria o reexame de fatos e provas, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

4. Do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial. Com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem (fl. 334, e-STJ) em favor da parte ora recorrida,

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator